

Saúde do Estado contrata ilegalmente

ELAINE RODRIGUES

A Secretaria estadual de Saúde vem contratando profissionais de saúde, de forma ilegal, através de uma operação triangular envolvendo o município de Itaguaí. Não há controle sobre as contratações e há denúncias,

Pedro II tinha falso médico na equipe

Um médico falso e um quintanista de odontologia estão entre os contratados pela Secretaria municipal de Itaguaí para trabalhar no Hospital Pedro II, em Santa Cruz. O primeiro, segundo o secretário-geral do Sindicato dos Médicos, Jorge Darze, foi descoberto através das guias de transferência de pacientes que chegavam ao Hospital Souza Aguiar. Há três semanas, o falso médico sumiu, mas deixou cartões de apresentação com seu nome — Hélio Ricardo — com médicos do Pedro II.

O número 52.5108-5, do registro do Conselho Regional de Medicina, e que está no cartão, é falso. Segundo o Cremerj, este número, com o dígito 2 no final, é do registro de outro médico. O telefone escrito no cartão é de um consultório em Duque de Caxias, onde a recepcionista diz que o "doutor" não trabalha mais lá.

O nome do quintanista de odontologia, José Carlos Simões, consta de uma lista anexada a um abaixo-assinado em solidariedade ao ex-secretário de Saúde, Luiz Orlando Cadorna Cervo, na gestão de quem o convênio com Itaguaí foi firmado. A lista, que foi interceptada e entregue ao GLOBO, fora enviada ao diretor do Hospital Pedro II, Zamir Cirauão Nicolau Jorge. Nela, José Carlos Simões consta como sendo um dos odontólogos do plantão de sexta-feira.

A repórter de o GLOBO confirmou que José Carlos dava plantão no hospital na sexta-feira. Seu nome está afixado como um dos dentistas, junto com os demais médicos de plantão. José Carlos não negou que fosse estudante de odontologia da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), mas disse que fora contratado como estagiário — e que dava plantão sob a supervisão de seu tio, César Alberto dos Santos Siston, que também é coordenador de Odontologia da Secretaria de Saúde de Itaguaí.

feitas pelo presidente do Sindicato estadual dos Cirurgiões Dentistas, José Roberto Gomes Corrêa, de que cabos eleitorais receberam salário como se fossem profissionais de saúde. O convênio com a Prefeitura de Itaguaí foi firmado em agosto de 1992 para suprir a carência de médicos nos hospitais estaduais da

Zona Oeste — Albert Schweitzer (em Realengo), Pedro II (Santa Cruz) e Rocha Faria (Campo Grande).

Apesar de repassar os recursos para o pagamento do pessoal, a Secretaria não informa quantos são os profissionais que ganham através de recibo de pagamento de autônomo (RPA).

Além de ilegal — a contratação para o serviço público só pode ser feita através de concurso, segundo a Constituição e a Lei Orgânica da Saúde — o convênio fere os direitos dos profissionais que fizeram concurso para o Estado em novembro de 1990 e agosto de 1993. A validade do primeiro concurso, que foi pror-

rogado, vence hoje, 19 de novembro.

Até maio, cerca de 1.500 médicos e 625 dentistas, concursados, aguardaram o chamado da Secretaria. O presidente do Sindicato dos Dentistas, José Roberto Corrêa, estima em 500 o número de profissionais contratado ilegalmente por Itaguaí. José Roberto, que é membro do con-

selho estadual de saúde, acusou a Secretaria de sonegar informações sobre o convênio.

— É um negócio assustador. O conselho fica discutindo detalhes quando se reúne. A mudez da Secretaria tem conseguido evitar que seja aberta a caixa preta desse negócio escandaloso que é o convênio com Itaguaí.